CPMI

Tentativa de isentar Bolsonaro

Ex-diretor da PRF nega qualquer tipo de envolvimento do ex-presidente nas operações feitas no segundo turno das eleições

» TAÍSA MEDEIROS

Em uma sessão tumultuada da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques procurou blindar o ex-presidente Jair Bolsonaro. O depoimento do policial abriu a série de oitivas que o colegiado fará na apuração dos ataques antidemocráticos.

Vasques negou qualquer tipo de envolvimento de Bolsonaro nas operações da PRF que teriam dificultado a chegada de eleitores às seções no segundo turno do pleito de 2022. Os bloqueios ocorreram sobretudo na Região Nordeste, que concentra a maior parte dos eleitores do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

O ex-diretor refutou que a PRF tenha direcionado a fiscalização para o Nordeste e classificou as acusações de "maior injustiça da história" da instituição. As declarações dele divergem das apurações feitas pela Polícia Federal no caso.

"Na PRF ou em qualquer órgão federal, vocês podem ter certeza de que ninguém consegue fazer uma trama dessa sem juntarem provas. Isso não existiu. É fantasiosa", enfatizou.

Ele definiu a relação com o ex-presidente como "muito profissional". "Nunca fui numa festa do presidente Jair Bolsonaro, nunca fui padrinho, nunca votei nele, até porque meu título é de outro município. O que temos é relação profissional", frisou.

Durante o processo eleitoral, porém, o policial usou suas redes sociais para pedir voto a Bolsonaro, que buscava a reeleição.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Vasques: "Na PRF ou em qualquer órgão federal, vocês podem ter certeza de que ninguém consegue fazer uma trama dessa sem juntarem provas"

Na época, compartilhou uma foto da bandeira do Brasil e escreveu: "Vote 22, Bolsonaro presidente". Poucas horas depois, a publicação foi apagada. Devido ao fato, é investigado por improbidade e foi exonerado do cargo em dezembro, se aposentando logo em seguida.

O policial negou que fosse alvo de processos, ao ser questionado pela relatora Eliziane Gama (PSD-MA), mas, ao final da sessão, recuou.

Segundo Vasques, não havia interferências do governo Bolsonaro na instituição. "Estou afirmando que não havia interferência na PRF, pelo menos na minha gestão. Nunca recebi pedido de ninguém", frisou.

Sobre o planejamento e a organização para as fiscalizações nas rodovias, o depoente afirmou que foram encabeçadas pelo Ministério da Justiça — comandado, na época, por Anderson Torres. "A operação não era da PRF, era do Ministério da Justiça, sob a coordenação da Secretaria de Operações Integradas, que é a Seopi", sustentou.

Eliziane Gama questionou as ordens de serviço emitidas para a operação, uma vez que, segundo os documentos, no rito de organização definido no Comando Central, constava apenas a Região Nordeste. "Há uma clara suspeição sobre esse planejamento, que, como eu disse, consta aqui deste documento que está sob o poder da CPI", destacou a senadora. O depoente disse que desconhecia as ordens de serviço, e a parlamentar protocolou a convocação de outros integrantes da PRF que assinaram o documento.

Durante os questionamentos realizados pela relatora Eliziane Gama sobre um caso de agressão a um frentista, no qual supostamente Vasques estaria envolvido, o deputado Éder Mauro (PL-PA) interrompeu aos gritos, alegando que as perguntas direcionavam a resposta.

O depoimento de Vasques teve de ser interrompido por causa de um bate-boca entre Eliziane e o deputado Éder Mauro (PL-PA), que acusou a senador de induzir a testemunha (**leia reportagem ao lado**).

Sessão tem bate-boca

Durante os questionamentos feitos pela relatora da CPMI, Eliziane Gama, sobre um caso de agressão a um frentista, no qual supostamente o ex-diretor-geral da PRF Silvinei Vasques estaria envolvido, o deputado Éder Mauro (PL-PA) interrompeu a senadora aos gritos, alegando que as perguntas direcionavam a resposta.

"Está induzindo a testemunha", criticou. A oposição endossou o argumento do deputado — que não é integrante oficial da comissão —, e começou uma briga generalizada.

Eliziane revidou, mandando Éder Mauro se calar, após ser interrompida seguidamente pelo deputado. "O senhor não vai cercear a minha voz", enfatizou.

Interrupção

Com os ânimos exaltados, o presidente da CPMI, Arthur Maia (União-BA), suspendeu a sessão por cinco minutos.

"Não podemos admitir esse nível de comportamento. Não posso aceitar que haja interrupção por parte dos deputados e senadores às palavras feitas aqui na mesa", argumentou. "Quero dizer ao depoente que tem todo o direito de responder ou não aos questionamentos", acrescentou Maia, ao retomar a reunião.

Parlamentares da base alegam que a participação de Éder Mauro foi destinada a "instalar o caos" e que se trata de um "plano orquestrado" da oposição para colocar em xeque a lisura dos trabalhos. (**TM**)

Gonçalves Dias é convocado

A CPMI aprovou, ontem, a convocação do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Lula, general Gonçalves Dias. Na semana passada, o colegiado havia rejeitado chamá-lo para depor, o que provocou questionamentos por parte da oposição.

Na avaliação de parlamentares, o governo estaria tentando blindar a figura de Gonçalves Dias para tentar evitar desgastes, já que o ex-GSI apareceu em imagens do circuito interno do Palácio do Planalto orientando golpistas do 8 de janeiro sobre como sair do prédio.

Foi aprovado também o requerimento de convocação de Saulo Moura da Cunha, que dirigia a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante os ataques às sedes dos Três Poderes. Houve, ainda, a aprovação do pedido para ouvir o perito Renato Martins Carrijo, da Polícia Civil do Distrito Federal, responsável pelo laudo sobre a bomba instalada nos arredores do aeroporto de Brasília.

Como item extrapauta, foi aprovada a convocação do coronel Jean Lawand Junior, flagrado em conversas sobre a trama golpista com Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Veto a Do Val

O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou requerimento para que o senador Marcos do Val (Podemos-ES), que é membro titular da CPMI, seja substituído por seu bloco ou partido.

Na quinta-feira, Do Val foi alvo de operação da Polícia Federal. Ele é investigado por cinco crimes, entre os quais o de golpe de Estado e de divulgação de documentos sigilosos, ambos relacionados aos eventos de 8 de janeiro.

"No nosso entender, isso configura conflito de interesse direto e inviabiliza a devida apuração dos fatos, podendo vir a impedir, inclusive, o compartilhamento de informações relevantes para a comissão pelo STF (Supremo Tribunal Federal)", argumentou Correia. (**TM**)

CPI DA AMERICANAS

Incentivo à delação premiada

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Barroso do Nascimento, abriu a possibilidade de delações premiadas para agentes econômicos que estejam envolvidos no caso de fraude da Americanas. A declaração foi dada durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investiga o rombo na varejista.

"Queria encorajar todos os agentes econômicos que tenham participado das irregularidades do caso Americanas a fazerem colaborações com a CVM, porque certamente os senhores serão identificados. Realizando autodenúncias e contribuindo com delações premiadas, na certeza de que esse comportamento será enxergado com bons olhos pela autarquia", disse Nascimento.

A CVM já abriu 20 procedimentos administrativos para analisar o caso nos últimos cinco meses, sendo dois inquéritos. Também foi instaurado um processo administrativo sancionador que tem o ex-presidente Sérgio Rial entre os acusados por questões informacionais. Segundo o presidente da autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda, há indícios de "manipulação informacional" e "crime contra o mercado de capitais".

> **Queria encorajar todos os agentes econômicos que tenham participado das irregularidades do caso Americanas a fazerem colaborações com a CVM"**
>
> ***João Pedro Nascimento,***
> *presidente da CVM*

"Há indícios de manipulação informacional que ocorrem quando são realizadas operações simuladas, ou executadas manobras fraudulentas destinadas a elevar, manter ou baixar a cotação, o preço ou o volume negociado de um valor imobiliário, com o fim de obter vantagem indevida", destacou o presidente da CVM.

Ele ressaltou ser necessário aguardar o resultado das apurações para identificar os autores da fraude, mas ponderou que houve "falhas seríssimas tanto na estrutura corporativa quanto na prestação de informações". "Estamos diante de um esquema complexo e arrojado de fraude envolvendo diversas pessoas", frisou.

A possibilidade de delação já vinha sendo sondada e os rumores cresceram na última semana, após advogados que acompanham o caso sugerirem um esquema liderado pela antiga diretoria para promover fraudes na contabilidade interna, com o objetivo de alavancar suas remunerações.

Uma eventual delação poderia ter como alvo os acionistas da empresa e integrantes do Conselho de Administração. "A ideia é a gente identificar os demais envolvidos, reunir informações e documentos que comprovem as irregularidades. O momento é oportuno, antes do início do julgamento dos processos. Os senhores, em caráter reservado e por escrito, podem entregar as informações de que têm conhecimento", incentivou Nascimento.

